

BIBLIOGRAFIA

FRANCISCO FERNANDES LO-
PES — «Cristóvão Colombo» —
Grande Enciclopédia Portu-
guesa e Brasileira — fasc. 74
— Maio, 1941.

Não abundam em Portugal os estudos colombrinos, podendo mesmo dizer-se, bastante raros.

O extenso artigo, recentemente inserido na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* visou, precisamente, a preencher esta lacuna, oferecendo ao grande público, sob forma sintética adequada, um quadro integral da vida e viagens do imortal descobridor, segundo os dados da erudição crítica actual.

Constitui, de facto, o dito artigo (cujo autor tem vindo, desde há anos, a interessar-se pela personalidade misteriosa de Cristóvão Colombo e a fazer uma revisão crítica da questão colombrina), o primeiro trabalho de conjunto que em língua portuguesa se publica e no qual, entrando em conta com as mais recentes contribuições dos colombistas mais autorizados, se

tenta dar uma sucinta informação completa acerca da personalidade, da vida e das viagens de Colombo, bem como do estado actual dos problemas respectivos.

Começa efectivamente o autor por focar o significado do cognome «descobridor da América» que a Colombo tem aplicação cabal e que legitimamente o caracteriza e distingue da pleiade dos pré-colombrinos, por notáveis que tivessem, aliás, sido: Colombo foi o primeiro que, dentre quantos navegaram para Ocidente, conseguiu voltar, trazendo provas de existência das terras que se encontram além do Oceano, fôsse qual fôsse a concepção que dessas terras tivessem ele e os seus contemporâneos — terras extremas da Ásia ou um continente distinto. Ao mesmo tempo, esta viagem fundamental não ficou isolada: pois não só foi a primeira das quatro em que o próprio Colombo, dentro dum período de dez anos apenas, alargou o âmbito do seu imortal descobrimento, como

A Redacção de "Estudos" dará oportuna notícia de todas as publicações recebidas, que tenham carácter cultural ou científico.

constituiu a abertura de relações de toda a ordem, que nunca mais cessaram, entre o Velho e o Novo Mundo. Eis, na verdade, o que distingue a empresa colombina de todas as suas similares, fôsse Colombo um mero aventureiro e tivesse tido apenas a fortuna de encontrar precisamente o que nunca procurara: o «descobrimento», diga-se o que se disser, faça-se o que se fizer, queira-se o que se quiser, nem por isso deixou de ser capital para a história do planeta que habitamos... Razão tivera pois o subtil *Príncipe Perfeito* para ficar algo desapontado...; e razão não deixava de ter afinal o pobre navegador genovês, crente bíblico fervoroso e sincero, em considerar-se um homem único, um novo eleito de Deus, pois desde que o mundo era mundo, a ninguém fôra ainda feita a revelação extraordinária do «novo céu e novo mundo» que se lhe acabava de fazer...

A luz da documentação compilada no livro monumental que a Municipalidade de Génova consagrou ao assunto, tratou criticamente o autor a questão da nacionalidade de Colombo, não deixando todavia de fazer a devida referência à ingénua e aliás compreensível «fabulação» portuguesa que, considerando-o genovês de nascimento, o inculcava como de ascendência portuguesa nobre... Tecelão e em seguida colheiro-viajante até ao próximo Mediterrâneo Oriental,

depois para o Ocidente, e por fim fixado em Lisboa como agente duma importante casa genovesa, visitando as ilhas adjacentes por motivo de negócio de açúcar, relacionado em Portugal com a florescente colónia italiana de então, é com uma portuguesa de ascendência italiana, uma Perestelo, que vem a casar; e assim, ligado à vida portuguesa, é, nas viagens à Guiné com os portugueses, que faz, como tantos outros estrangeiros, a sua aprendizagem prática, ao que não deixa êle próprio de referir-se por várias vezes, bem como às tentativas dos portugueses para o Ocidente e às notícias que teria recolhido, até do próprio D. João II, cujos talentos e conhecimentos, no que dizia respeito à navegação e à existência de terras para o «austro», justamente celebra.

Se é facto que Colombo apresentara o seu projecto ao monarca português, obscuro continua porém tudo o que diz respeito à sua recusa e ao aparecimento ulterior de Colombo em Espanha.

Traçando, com a possível minúcia, os pontos essenciais e as peripécias mais evocativas da sua «démarche» junto dos Reis Católicos, salienta o autor o facto de a empresa ter sido apenas de Castela, não de Aragão, facto que serviria a explicar o procedimento do rei Fernando, especialmente depois de falecida a rainha. A traços largos, mas de-

finidos, esboça o autor os itinerários das quatro viagens, pon-do em relêvo os obstáculos, de toda a ordem, que mais fazem salientar as qualidades de energia, decisão, persistência de Colombo como «lobo do mar», e de seu irmão Bartolomeu — o seu *alter ego* verdadeiramente, como organizador, homem de governo e não menor mariante...

Em especial é chamada a atenção para a concepção geográfica de Colombo, tirada da Bíblia, e dentro da qual, transportando para as *Índias Ocidentais* descobertas a costa extremo-oriental da Ásia, logicamente procuraria, como o fez na sua última viagem, o estreito, correspondente a Malaca, que lhe daria passagem para o Oceano Índico interior, a fim de chegar à Índia tradicional e verdadeira que pelo lado oposto Vasco da Gama atingira...; absurdo que o levaria ao descobrimento da região aurífera de Veragua e da costa setentrional da América do Sul até quasi ao golfo de Darien.

Põe igualmente em relêvo o autor do artigo o facto, incontestável, do carácter religioso que a empresa teria assumido, não apenas tardiamente, mas desde o início, na mente de Colombo. A célebre carta aos Reis, à testa do *Livro das Profecias* é um documento maravilhoso a este respeito e que, apesar de tudo, não parece dever reputar-se falsificado. Colombo aparece-nos assim como um iluminado,

com a consciência da sua missão, uma verdadeira cruzada em favor da Catolicidade. As suas relações com o Papado são, de resto, bem significativas também.

Colombo não era pois um louco, nem um baixo aventureiro. Pelo contrário: um espírito muito lúcido, muito ágil e subtil, e um crente verdadeiro. É um místico, vivendo a sua ideia e pondo ao serviço da sua realização todas as faculdades do seu espírito, tudo o que aprendera, teoria e prática, e tudo aquilo que, não sabendo ou não sendo, é, todavia, capaz de improvisar. Basta-lhe assim a ideia da defesa e expansão da doutrina do Cristo salvador e redentor da humanidade, e basta-lhe o ter aprendido na mesma Bíblia que «o enxuto do mundo» são seus partes e só a sétima é água, para elaborar o seu plano: livrar dos infiéis o Santo Sepulcro e a Cristandade que eles oprimem e exploram, e trazer a ela os povos remotos que a ignoram ainda. Estreito é, decerto, o vale oceânico que nos separa, pelo ocidente, dos confins da Ásia onde nascem as especiarias e o ouro que fornecerão os recursos ilimitados para a grande cruzada; ao mesmo tempo que se trazem à ecumenidade católica esses povos remotos, mas predispostos à fé, dos quais havia notícia por Marco Polo e outros. Não é precisa mais sabedoria cosmográfica do que isto... Agora, só a sabedoria prática do

homem de bordo, que sabe orientar-se pela bússola e pelos instrumentos náuticos, e conhece os ventos e as tempestades e as calmarias e os acidentes e eventualidades do oceano pelos mil e um sinais das aves e das nuvens e da superfície das águas; e, aliado a este «saber, de experiências feito», do homem do mar, o espírito terço, corajoso, tenaz, indefectível do «lobo do mar»... Nada mais. Este mínimo humano, tirado da experiência e de si, e a «ciência» tirada da Bíblia. Nada mais!

Ressalta da exposição informativa do artigo, a uma leitura atenta, a impressão de que o verdadeiro Colombo é um dos grandes heróis da Humanidade, daqueles que a Igreja Católica não poderá deixar de, tarde ou cedo, canonizar, pela sua sobrenatural vocação, pela sua dedicação e renúncia ao egoísmo próprio, como pelo seu paciente martírio final e pela sua morte exemplar.

Ilustram o artigo várias gravuras, devendo salientar-se, em *hors-texte*, além do mapa das 4 viagens, um esplêndido retrato a cores de Colombo e duas outras reproduções: a célebre página 13 da *Imago Mundi* com notas marginais da mão de Colombo (ou de seu irmão Bartolomeu?), entre elas a referente ao regresso de Bartolomeu Dias em 1488; e a 2.ª carta autógrafa de Colombo a Nicolau Odorico, documento precioso, não só como

representativo da grafia característica do imortal navegador, incluindo a sua sigla, mas pelo seu contexto que é fundamental para esclarecer a questão das relações com a sua cidade natal.

Conexos com este ensaio sobre Cristóvão Colombo, publica a mesma *Enciclopédia* e da mesma autoria, quatro outros artigos biográficos sobre os membros mais notáveis da família Colombo: Bartolomeu Colombo, o irmão de Cristóvão, seu íntimo colaborador e o seu «braço direito», cuja personalidade não tem sido habitualmente posta no devido destaque; Tiago Colombo (dito: Diogo), outro irmão e também companheiro de Cristóvão; Diogo Colombo, o filho de Filipa Moniz, português de nascimento, sucessor do pai e seu herdeiro legítimo, cuja acção se exercerá especialmente como vice-rei da Ilha Espanhola; e finalmente Fernando Colombo, o filho de Beatriz de Arana, personagem do maior relevo na corte de Carlos V, erudito enciclopédico, diplomata, turista, bibliófilo apaixonado, o fundador da biblioteca cujos restos constituiram o fundo da actual *Biblioteca Colombina* de Sevilha onde se guardam os livros que pertenceram ao Navegador, e autor ele próprio, sem dúvida, duma história da vida e viagens de seu pai, livro que, apesar de adulterado por mão alheia, nem por isso deixa de ser um documento insuprível, especialmente

quanto à história da 4.ª viagem colombina, em que Fernando, jovem de 14 anos, participou — (C. Z.)

LUIGI SALVATORELLI — *Storia d'Europa dal 1871 al 1941* — I. S. P. I. — Milano, 1941 — 2 vols.

ETTORE ROTA — *Il problema italiano dal 1700 al 1815* — I. S. P. I. — Milano, 1938 — pág. 258.

GIOACCHINO VOLPE — *L'Italia nella Triplice Alleanza* — I. S. P. I. — Milano, 1939 — pág. 312.

Na segunda metade do sec. XIX, dois factos de indubitada e significativa importância assinalam o início de uma nova idade da vida europeia: a formação do Reino de Itália, ao centro do Mediterrâneo; a proclamação do Império alemão, na Europa central. Inicia-se um período de história, que em parte devia fechar-se com o ano de 1914 e em parte prosseguir até ao ano de 1939, e estalar, depois, em uma outra guerra, destinada, também essa, a afirmar os direitos de existência e de potência dos dois maiores e mais jovens povos da Europa.

O período 1871-1914 é agora estudado por Salvatorelli na notável obra *Storia d'Europa*, cujo primeiro volume abraça os anos que vão desde a paz de Francoforte ao Congresso de Berlim. O a. é bem conhecido pela infati-

gável actividade (nestes últimos anos publicou bastantas obras: *La politica della Santa Sede dopo la guerra—La Triplice Alleanza, storia diplomatica* (1877-1912) — *Il pensiero politico italiano dal 1700 al 1870*) e pela objectiva exposição dos acontecimentos.

Esta primeira parte do livro é dominada pela grande figura de Bismarck por iniciativa do qual se desenvolve a luta (kulturkampf), virtualmente terminada com a intercessão, pedida por Berlim, da Santa Sé na questão das Carolinas. A atenção de Salvatorelli fixou-se sobre este grande episódio interno da Alemanha, que serve, pode dizer-se, de perspectiva a uma sequência de acontecimentos que permitem ao leitor uma ideia clara das condições de instabilidade da Europa, depois da paz de Francoforte. O historiador dá-nos um quadro variado e completo do nosso continente em presença das impressões causadas pela fulminante vitória prussiana: a Itália, visto realizar-se prodigiosamente, com a conquista de Roma, o ambicioso desenho de uma unidade territorial e política, apressa-se a imprimir na vida nacional um equilíbrio que assegure a sua duração; a França esmagada sob o peso da derrota; a Espanha inquieta e descontente com a monarquia sabauda, imposta, é perturbada por novas agitações revolucionárias, até ao regresso dos Bourbons ao trono; a Inglaterra

ra, alcançada, enfim, a sua potência máxima, dá oficialmente o título de Imperatriz à rainha Vitória, etc., etc.

S. procura, em seguida, valendo-se de uma vasta colecção de documentos, as causas longíquas daquela que havia de ser, mais tarde, a guerra de 14-18. Se a resplandecente vitória germânica tinha deixado o temor dum perigo imediatamente futuro e contra o qual os vários povos europeus acreditavam bem precaver-se, é também certo que a França e Inglaterra disfrutaram, desde aquela época e até às remotas conseqüências, tal estado de ânimo, invejoso e receoso ao mesmo tempo, lançando assim as bases daquele cerco à Alemanha, transformado, depois, em duas sucessivas guerras mundiais.

São estes os grandes traços do desenho do livro de S., que agrupa, e magistralmente narra também, os episódios menores, os acontecimentos de segundo plano, as vicissitudes políticas e diplomáticas daquela que foi uma página de história continental entre as mais interessantes. Veremos nos próximos volumes da obra o desenvolvimento das mencionadas linhas históricas e as conclusões a que nos levará o estudioso, com serenidade e juízo.

Precedentemente ao vigoroso estudo de Salvatorelli, o I. S. P. I. publicou outros volumes de

igual interesse, se bem que de menores proporções.

O livro de Rota é uma reunião de documentos dos quais resulta, de maneira inconfundível, como a idéa da independência e da unidade italiana tem estado presente, viva e operante, na consciência dos italianos de todos os tempos, especialmente nos dos séculos XVIII e XIX. Uma certa literatura estrangeira, tem apresentado, muito freqüentemente, a unidade da Península como uma conseqüência ocasional, e automática quasi, da revolução francesa. Os italianos encontrar-se-iam, até certo ponto, unidos por uma série de circunstâncias históricas e políticas, estranhas à sua vontade. Nada menos verdadeiro. No sec. XVIII a actividade dos partidos, ao lado do trabalho teórico dos nossos pensadores, era intensíssima e tinha infundido vida ao princípio nacional. A concepção unitária, de resto, (antiga na Itália, ligada à recordação da unidade da Península ao tempo de Roma) encontra a sua primeira expressão doutrinal nos escritos de Machiavelli. Por todo o século XVII e XVIII agiganta-se; ocupa a mente dos melhores escritores, publicistas, economistas italianos.

Declinada a estrêla napoleónica, succede um período de incerteza e desconforto. Os patriotas já não olham para a França mas, não menos ingenuamente, para a Inglaterra e, por fim, pa-

ra a Austria. Um facto, porém, se dava, a impelir a revolução nacional. Os italianos pensavam mais seriamente, de novo habituados a usar as armas, e convictos de que a liberdade não se podia adquirir somente com o auxilio estrangeiro. Sob este aspecto, os programas da Sociedade Guelfica para a unidade e independência italiana, foram uma franca manifestação do estado de ânimo e das tendências políticas de então.

Volpe estuda, êle próprio, a evolução da Triplice Aliança (Alemanha, Austria, Itália) com o auxilio de uma conspícua mole de documentos que, oportunamente escolhidos, dão um quadro completo das origens, dos desenvolvimentos e da decadência, enfim, do famoso acôrdo.

Da Triplice, que no seu nascimento suscita ferozes polémicas e não menos ferozes protestos da parte dos elementos nacionalistas italianos — irremovíveis no julgar a monarquia austro-húngara, a secular inimiga do nosso País — Volpe investiga a sua função nos vários decénios de existência, relevando as vantagens trazidas em primeiro lugar à Itália e, seguidamente, aos outros contraentes.

Este pacto a três, nascido sob a impressão do humilhante destino de Tunis, foi a «primeira decisiva orientação internacional da nova Itália — como escreve V. — depois dos erros e

desilusões do decénio das *mdos limpas*», isto é, aquela política que, por excessiva ingenuidade, não quere que a Itália tenha participado nas acções da diplomacia de então.

Por mais de trinta anos a Triplice acompanhou a lenta subida, a difícil orientação, o afirmar-se internacional do jovem Reino. As hostilidades da França — em primeiro lugar para com um estado que se afirmava já qual nova potência mediterrânea — tinham contribuído um pouco para impelir a Itália a buscar em Berlim, mais que em Viena, amizade e aliança.

A Triplice nasceu como típica aliança de garantia e de conservação das monarquias continentais e como bloco de equilíbrio de um imperialismo que já de então perseguia o programa de uma Europa dividida entre ricos e pobres, nações soberanas e nações protegidas. (d. s.)

DAGOBERTO ORTENSI — *Edilizia rurale. Urbanistica di centri comunali e di borgate rurali* — Casa Ed. Mediterranea — Roma, 1941 — págs. 605, 11s. 1.010.

Esta nova edição — que dá ao leitor uma idéa do problema urbanístico rural italiano — é um verdadeiro atlas de arquitectura rural, com mais de um milhar de nitidas illustrações e trata, de facto, do problema geral da habitação rural, respei-

tante à higiene e à construção, com uma sumária, mas precisa, estatística das casas habitáveis e daquelas ainda por construir.

São descritas, região por região, cada uma das construções anexas às fazendas agrárias e por cada uma delas são dadas as características económicas, em função da fazenda a que servem, e, além disso, os motivos arquitectónicos tradicionais, próprios da região. Assim, das três Venezas são cuidadosamente ilustradas as diversas casas para as zonas litorais do Friuli e para a baixa planície da Veneza Central. Na Lombardia, no Piemonte e na Emilia, onde a agricultura se industrializou, vemos que a arquitectura rural teve um desenvolvimento considerável e concepções originais, perfeitamente adequadas ao progresso das fazendas. Também as casas da Ligúria, da Umbria, da Marche e do Lácio, foram convenientemente ilustradas, assim como as da Itália Meridional continental. Mas onde o especialista ou o engenheiro poderá encontrar sugestões para pesquisas de arquitectura rural, é no exame de novas edificações realizadas pela O. N. C. e das recentes e importantes realizações da construção rústica, nas diversas zonas bonificadas.

Interessantíssimas, são também as casas construídas ou planeadas pelo «Ente» da Colonização do feudo siciliano, nas terras bonificadas do Volturno,

nas do Tavoliere di Puglia e da Sardenha.

Completa a obra, uma interessante e detalhada descrição das casas rurais e das aldeias da Líbia, criadas pelo «Ente» para a Colonização da Líbia e pelo Instituto Nacional Fascista para a Previdência Social. Finalmente, são postas em evidência as realizações urbanísticas e as fazendas agrárias na A. O. I.

GIOACCHINO VOLPE — *Storia della Corsica Italiana* — I. S. P. I. — Milano, 1939 — págs. 294.

O académico Volpe, fundador e director há dezassete anos do «Arquivo histórico de Córsega», a revista que contribuiu, na Itália e no estrangeiro, para o conhecimento da ilha mediterrânea — historiador dos mais originais e sagazes —, é o autor deste trabalho rápido, preciso e verdadeiramente elucidativo da história da Córsega. De Gregorovius em diante, ninguém tinha escrito páginas tão douradas, profundas e compreensivas sobre o assunto. Elas revelam quão antigos são os vínculos que ligaram longamente a Córsega à península italiana: os primeiros influxos de civilização vieram até à ilha, das costas vizinhas da Toscana; de facto, foram os Etruscos os primeiros que tiraram a Córsega do seu isolamento selvagem. A passagem dos Foces e dos Cartagineses — que jamais penetra-

ram no interior da ilha — não foram senão episódios que precederam à ocupação romana iniciada em 238 a. C. e concluída no decorrer dum século. Mais tarde, a história da Córsega foi, de vez em quando, pisana e genovesa: e, falando precisamente do longo domínio de Génova, Volpe destrói a lenda, de origem francesa, da incúria à qual a ilha foi abandonada durante este período. «Em verdade, escreve, o domínio genovês era um governo de mercadores, governo de gente dura; mas não foi aquela espécie de «negação de Deus», que, depois, os historiadores imaginaram e divulgaram».

A agitação anti-genovesa, hábilmente fomentada pela França, que até desde a época de Luís XIV pretendia apoderar-se da ilha, não foi nunca anti-italiana; antes pelo contrário, é certo que se os Corsos pretendiam quebrar os elos com Génova, queriam-no, de preferência, mais fortemente que nunca com a nação italiana. A França, como se sabe, encontrou na Córsega um osso duro; desde o princípio, a ilha demonstrou sempre, claramente, que nunca tencionou afrancezar-se. Só nos últimos setenta anos, o grande recrutamento de funcionários e de agentes na Córsega, a emigração dos Corsos para Paris, Marselha, no Norte de África, o facto da França, no comércio da ilha, ter tomado o primeiro posto já ocupado por Génova e pela Toscana, a su-

pressão do italiano nas escolas, etc., mudaram um tanto as coisas, mas não muito. Não existe uma verdadeira ligação entre a Córsega e a França a dos interesses criados, mais ou menos hábilmente, não basta. O amanhã dirá quanta paixão nacional animou os corsos que, não obstante tudo, são de raça, língua e alma italiana. (d. s.)

G. ALFONSO PELLEGRINETTI, *Le Memorie di Carlo Piaggia* — Vallecchi — Firenze, 1941 — págs. 506.

Carlo Piaggia pertence ao grupo escolhido de quantos percorreram, no passado século XIX, a África, o vasto e misterioso continente, então em muitas regiões desconhecido. Raça de pioneiro, era do mesmo molde dos antigos colonizadores lusitanos, antecessores da exploração e da colonização africana. Filho de modestíssima gente, quasi ignorando a ciência geográfica e com meios insuficientes, Carlo Piaggia — subjugado pela paixão do desconhecido — percorria, entre 1856 e 1882, a bacia do Nilo, a imensa região que vai do Equador ao Mediterrâneo, entre o Mar Vermelho e o Acrocoro Etlópico dum lado e o Sudão Central por outro, e que compreende o Uganda, quasi completamente o Sudão anglo-egípcio, uma parte da Abissínia, da Eritreia e do Egipto. Singular figura de viajante,

Piaggia, narrou com a ingenuidade e simplicidade de um primitivo, mas todavia com profundo sentimento, as viagens extraordinárias: ao longo do Nilo até quasi ao Lago Victória, entre tribus antropófagas, até ao Lago Tana, no Nilo Azul, etc.

As suas memórias só agora vieram a luz, por iniciativa de G. A. Pellegrinetti que as juntou pacientemente, transcrevendo mais de uma do original, muitas vezes indecifrável, de quem tinha tão pouca familiaridade com a literatura. Obra difícil, muitas vezes ingrata, mas que, finalmente, nos revelou um outro dos nossos mais ignorados pioneiros africanos. (d. s.)

ANTÓNIO FERRO — «Homens e Multidões» — Liv. Bertrand — Lisboa, 1941 — 292 págs.

Apreciável compilação de crónicas e entrevistas, algumas das quais já foram trazidas ao conhecimento do público, através dos jornais. Por este motivo, e por se apresentarem individualidades já desaparecidas da esfera política, poderá parecer que o livro mais não tem que o interesse literário do estilo simples e fácil de A. Ferro. Não é porém assim: ele visa, como justifica o próprio autor no prólogo, a contribuir com subsídios para a história da nossa época.

O distinto jornalista, também escritor de mérito pela vivacida-

de e leveza de expressão, refere-nos, com flagrante oportunidade — (no momento actual o povo ansela por conhecer qualquer coisa dos grandes chefes e do querer das multidões) — aspectos, embora rápidos, do prestígio de personalidades de vulto da Europa. Os quatro últimos capítulos, referentes a três das principais figuras que encarnam os modernos pensamentos de fé e renovação política que têm dominado a Europa, são os que detêm mais demoradamente a nossa atenção. Pio XI, o «ditador do Vaticano» e o remodelador do Mundo Católico, dá-nos uma sucinta ideia das directrizes seguidas pela Igreja. Mussolini, «figura popular e admirada em Portugal», manifesta a sua simpatia pelo Chefe do Governo Português e o desejo de dar a conhecer aos italianos a obra de Salazar. «Duce!» é um capítulo chelo do clamor entusiástico da multidão, na presença do condutor que venera e em quem confia cegamente, o condutor que lhe sorri, quando ela lhe pede um sorriso. «Salazar, princípio e fim», mostra-nos a obra do Chefe que os portugueses admiram, desenvolvendo todos os alicerces do ressurgimento de Portugal, as linhas gerais do corporativismo e os seus objectivos. «Somos a geração do sacrifício. Mas Portugal não existiu ontem nem existe hoje: é de sempre» — são as palavras de coragem que Salazar tem para o seu povo.

PUBLICAÇÕES VÁRIAS

★ A vasta obra de prevenção e de defesa social contra a tuberculose na Itália é descrita, com expressivos algarismos, dados e ilustrações, num pequeno volume, em língua portuguesa, editado pela «Nuovissima» de Roma (*A luta contra a tuberculose na Itália* — 1940, pag. 131).

A campanha contra este flagelo social aumentou com a colaboração de todas as activas energias da Nação e está compreendida no vasto programa da defesa da raça — tutela intransigente dos valores físicos e espirituais do povo italiano, da pureza e da estrutura nacional — do desenvolvimento demográfico — acção que favorece com todos os meios morais, materiais e educativos o aumento da natalidade, da protecção à maternidade e infância, da assistência ao trabalhador.

O ensaio ocupa-se — depois de ter explicado o fenómeno da tuberculose na Itália antes do início do Fascismo — da organização unitária da luta, dos grémios provinciais, do seguro obrigatório contra a tuberculose, em relação ao Instituto Nacional Fascista de Previdência Social. Depois de ter relevado a colaboração de outras instituições na campanha contra o mal e as medidas preventivas adoptadas, o volume relata os resultados da luta, resultados esses verdadeiramente animadores para serem

tomados como exemplo em todo o mundo.

★ O novo livro de M. Missiroli (*Cosa deve l'Italia a Mussolini* Soc. Ed. Novissima, Roma, 1941; págs. 267) é um quadro geral e actualizado da actividade constructiva do Fascismo, desde o seu advento ao poder, até hoje.

O panorama oferece a possibilidade de conhecer sinteticamente os factos salientes da nossa história dos últimos vinte anos: façanhas de Fiume, Marcha sobre Roma, leis corporativas, reformas agrárias, formações da autarquia, política financeira, trabalhos públicos, defesa da raça, assistência social à mãe e à criança, reforma dos códigos, etc. Outros capítulos são reservados à política religiosa de Mussolini que se concluiu com a Conciliação (Pactos Lateranenses), à escola e à cultura, ao teatro, cinema, rádio, turismo, desporto, às organizações juvenis, ao Exército — suprema garantia da inviolabilidade das fronteiras — à Marinha, à Aviação, à Milícia. Outros, tratam da reconquista e da colonização da Líbia, dos italianos no estrangeiro, das directivas de política externa, do Eixo.

★ O Ministério da Cultura Popular imprimiu e divulgou uma poderosa documentação das serviços cometidas contra os italianos, em França e nas colónias ao rebentar a guerra actual. O volume ilustrado (*Os Italianos nos campos de concentração*

franceses — Soc. Ed. do «Livro Italiano», Roma 1941; págs. 374), traduzido em língua portuguesa, contém um interessante prefácio do Ministro Pavolini e nomeia uma série de barbaridades praticadas contra aqueles cuja culpa era só de pertencer a um País, que com a sua intervenção ajuda a destruir, por sua vez, a plutocracia na Europa e no Mundo.

Um livro como este é destinado a permanecer como documento irrefutável do erro moral em que pode cair uma grande nação, como foi a França.

★ A importante lição — *Elementi originali ed elementi derivati nell'organizzazione imperiale romana* — proferida na Academia das Ciências pelo senador prof. Giuseppe Cardinali, no dia 27 de Janeiro deste ano, foi editada pela mesma Academia, num elegante folheto da colecção *Biblioteca de Altos Estudos*.

★ *Conferências de arte* é o título do último livro do prof. Reinaldo dos Santos e no qual o insigne Presidente da Academia de Belas Artes de Lisboa reúne três ensaios de notável interesse crítico: *O Império Português e a arte*; *O Mar e o além-Mar na Arte portuguesa*; *Relações artísticas entre a Itália e Portugal*, este último, argumento de uma conferência pronunciada no nosso Instituto em Janeiro do ano passado.

★ Sidónio Miguel escreveu para a colecção dos *Cadernos Cor-*

porativos, um pequeno trabalho, destinado à difusão dos novos princípios sociais. *O Ensaio dum Catecismo Corporativo*, desenvolve toda a fase corporativa, desde as suas origens históricas às manifestações sindicais dos últimos cinquenta anos, detendo-se, duma maneira especial, sobre as características que em Portugal revestiu a moderna doutrina.

★ Saiu recentemente um estudo sobre *S. Carlo Borromeo, cardinale e arcivescovo di Milano*, da autoria de C. C. Gonçalves, que constitue um interessante perfil do grande Santo Milanês, um dos maiores do seu tempo.

★ Neste folheto (Luiz Chaves, *As Filigranas* — S. P. N. — Lisboa, 1941; págs. 63, desenhos de G. Ottolini), o a. fala do culto do povo português pelo ouro, como símbolo do melhor e da beleza, acompanhando estas demonstrações de extractos de obras de poesia e de quadras populares. Descreve o desenvolvimento da joalharia, principiado pelas tatuagens que os homens primitivos usavam como enfeite corporal e vai explicando, gradualmente, como nasceu a ourivesaria e como atingiu o estado actual. Trata, enfim, propriamente das filigranas e da forma como são trabalhadas. Refere-se aos célebres corações de filigrana, a joia mais preferida de todas as mulheres do Norte, que designa de «belas Princesas do Ouro».

★ A Livraria Sá da Costa (que editou há já algum tempo uma *História de Portugal*, em dois volumes, págs. 420-445, de autoria de A. G. Matoso) continua a sua notável actividade com a obra *Vida e Morte de Madre Mariana Alcoforado* (332 págs.) enriquecida por uma tradução das *Cartas Portuguesas*, tributo do autor, Manuel Ribeiro, «às comemorações nacionais do III centenário do nascimento da gloriosa filha de Beja que levou a todo o mundo o nome de Portugal».

Entre outras novidades, mencionamos, na *Colecção de Clássicos: Poesias de F. Rodrigues Lobo* (187 págs.), *Poesias da Marquesa de Alorna* (205 págs.), *Poesias de Filinto Elísio* (266 págs.), com selecção, prefácio e notas respectivamente de A. Lopes Vieira, Hernani Cidade (do qual recordamos o interessante ensaio *Tendências do lirismo contemporâneo*) e J. Pereira Tavares, que escreveu também o volume *Como se devem ler os clássicos* (295 págs.).

Da Livraria Portugália saíram entre outras edições: *Marés* (romance, 326 pág.) de A. Redol, *Novas Estrélas* (poesias, 206 págs.) de M. Beirão, e da Livraria Cruz de Braga, *A Língua e a Literatura portuguesa: 1.º — História e crítica* (638 págs.), da autoria do P.º A. Ribeiro da Cunha. É um estudo muito cuidadoso e com referência aos vá-

rios sincronismos literários europeus.

★ A *Coimbra Editora* iniciou uma simpática colecção, «Universitas», de estudos linguísticos, literários, históricos, geográficos, filológicos e pedagógicos dirigida por professores da Universidade de Coimbra e que compreenderá trabalhos originais, traduções e textos anotados.

O primeiro volume, (68 págs.) da autoria do Dr. Paiva Boléo, trata o tema «*Os nomes dos dias da semana em português (influência moura ou cristã?)*» e estuda as razões porque o português é de todas as línguas, românicas, germânicas e célticas, a única que mantém os nomes cristãos nos dias da semana (segunda-feira, etc., em oposição a *lunes, lundí, lunedì*, etc.).

Ao texto «princeps» e ao modernizado da «Tragicomedia pastoril da Serra da Estréla» de Gil Vicente é dedicado o segundo opusculo (148 págs.), tratado com segura competência e enriquecido por uma introdução e por notas do Dr. A. J. da Costa Pimpão, que aí juntou também um *Glossário* erudito e cientificamente bem elaborado.

O Dr. H. Gonçalves Rodrigues dá, finalmente, no terceiro volume, a tradução do original inglês de «*As Fontes de Fernão Lopes*», o notável cronista lusitano do século XV.

★ No opúsculo «*La scoperta della carta originale di Paolo Dal*

Pozzo Toscanelli che servi di guida a Cristoforo Colombo per il viaggio verso il Nuovo Mondo» (Firenze, 1941; 32 pág. com rep.) o prof. Crinò, da R. Universidade de Florença, refere-se a um mapa-mundo (1457) já conhecido, mas que o estudioso quer que seja o original toscanelliano das cópias enviadas a

Fernando Martins e ao mesmo C. Colombo. Reproduz também em gravura o documento histórico de notável importância para a história das navegações portuguesas, e menciona que, em 1459, Toscanelli recebia em Florença os embaixadores do Rei de Portugal, aos quais mostrou a preciosa carta geográfica.—(d.s.)